

Instituições Militares, Poder Político e Sociedade*

João Freire

Sociólogo, Professor Catedrático Aposentado do ISCTE e Antigo Oficial da Armada.

Resumo

O autor socorre-se dos contributos da história, da ciência política e da sociologia para propor um ensaio interpretativo das relações entre as instituições militares, o poder político e a sociedade. No primeiro tópico são analisadas questões como a instituição e o corporativismo militares, a missão das Forças Armadas e as culturas predominantes entre os militares. No segundo ponto, depois de um enquadramento histórico, consideram-se problemas como os do enfraquecimento dos estados nacionais e da paz. Finalmente, reflecte-se sobre as principais mudanças sociais contemporâneas, e seus efeitos nos corpos militares.

Abstract

Military Institution, Political Power and Society

The author seeks contributions from history, political science and sociology to propose an interpretative essay on the relationship between military institutions, political power and society. In the first topic, we analyze issues such as military institutions and corporatism, the missions of the Armed Forces and culture among military personnel. In the second point – after a historical framework – we consider several problems. Among them, we focus on the progressive weakness of national states and the maintenance of peace. Finally, we debate the main social changes that are taking place today and how it will affect military structures.

* Texto de suporte às conferências pronunciadas no curso de auditores do Instituto da Defesa Nacional, no Outono de 2006.

O triângulo conceptual Instituições Militares-Poder Político-Sociedade pode ser conjugado em diversos modos. Aquele por que o faremos aqui – em género ensaístico –, sem pretensões de originalidade, é largamente pessoal e exploratório. Apoia-se nos saberes do autor (aprendidos, estudados e ensinados), na sua experiência de vida e de observação do mundo e, também, na particular vivência que teve oportunidade de ter em relação ao “meio militar”: primeiro, absorvendo-o e praticando-o na adolescência e juventude; depois, em épocas recentes, repensando-o e reanalizando-o, numa perspectiva de conhecimento científico.

Mas que “perspectiva de conhecimento científico” é essa que nos arrogamos o direito de convocar aqui?

Não é certamente a “ciência ou a arte da guerra”, como se dizia nos tratados clássicos estudados nas academias militares. Por exemplo, no princípio da década de 50, o comandante Castro e Silva¹ escrevia: “parece que a guerra é de algum modo consubstancial com a vida da Humanidade ou, como dizia Tolstoi, ela tem as suas origens em fenómenos sociais ondulatórios, inevitáveis e inexplicáveis, perante os quais nada podem os desejos de paz dos povos ou as combinações diplomáticas dos governos.”

Pela mesma época mas culturalmente mais bem informado, o brigadeiro Luís Câmara Pina apresentava e discutia as teorias então dominantes sobre a vida e a morte das civilizações (de Nikolay Y. Danilevsky,² de Oswald Spengler³ e de Arnold Toynbee,⁴ mas não ainda de Huntington⁵, claro) e recusava-se a considerar a guerra como inerente à natureza humana: “a luta, porque é um produto do instinto, está na essência do humano, mas a guerra já exige a invenção de um processo”. E prossegue: “Em consequência, só o homem, o senhor de mais vasta memória, na bela frase de Nietzsche, pode fazer a guerra – só o homem organizado em sociedade e com experiência acumulada”⁶. Eis pois o fenómeno da guerra situado no

1 Capitão-de-fragata Rogério de Castro e Silva, *Noções de Estratégia*, (cicl.), Instituto Superior Naval de Guerra, 1952.

2 Russo, conhecido sobretudo pela obra *Rossiia i Evropa* (Rússia e Europa: um ponto de vista sobre as relações políticas entre o mundo eslavo e o mundo germano-românico”), de 1869 (cit. por Pina).

3 Alemão, autor de *A Decadência do Ocidente* (noutras versões, *O Declínio do Ocidente*), publicado em 1922.

4 Inglês, autor de *A Study of History*, publicado entre 1934 e 1961.

5 Samuel P. Huntington, *O Choque de Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, orig. de 1996.

6 Brigadeiro Luís Câmara Pina, *Notas sobre Estratégia*, (Curso de Altos Comandos), Instituto de Altos Estudos Militares, 1955. Mais tarde foi Chefe do Estado Maior do Exército, na maior parte dos anos 60 e da guerra colonial. Esteve também na origem da criação do Instituto da Defesa Nacional.

campo das ciências sociais, por um opinador insuspeito de corporativismo científico.

Já na década de 60, Gaston Bouthoul, por exemplo, deu vida ao conceito de “polemologia”⁷ para tentar isolar a especificidade dos acontecimentos bélicos, quer se trate de guerras civis ou internacionais, tipificando as suas causas profundas, as motivações e ocorrências mais ou menos pretextuais, mais ou menos incontrolláveis, que as desencadeiam – sendo comum dizerem os homens advertidos que “se sabe como elas começam mas não como elas vão acabar” –, criando um quadro de instrumentos conceptuais capazes de analisar o seu desenrolar, a sua dinâmica,⁸ para finalmente se poder apreciar e valorizar os *out-puts* finais de uma guerra.

Estes, no plano directo das operações, são por vezes indecisos, passando-se “à mesa das negociações” sem que “no terreno” haja uma supremacia clara de qualquer dos lados; outras vezes levam a vitórias (e derrotas) esmagadoras, que alteram profundamente a paisagem política e as relações entre o(s) povo(s), não sendo lícito inferir o grau de estabilidade e de verdadeira pacificação que pode decorrer de uma ou outra destas situações, ou até que ponto se tratará apenas de um adiamento para a futura eclosão de novo conflito agónico. Por exemplo, o armistício que pôs fim à guerra da Coreia dura há mais de 50 anos sem que as partes tenham até agora abdicado do que as movia inicialmente e assinado um tratado de paz – sem relações diplomáticas, portanto, mas também sem mais hostilizações nem violações de fronteiras; e a paz que selou a derrota da Alemanha em 1918 não durou mais do que 20 anos, atribuindo-se geralmente as causas últimas deste segundo conflito à “humilhação” a que o Tratado de Versailles havia sujeitado os vencidos.

Mas, as consequências das guerras são também muitas vezes importantíssimas nos planos económico, tecnológico, social e cultural. Falando apenas dos efeitos próximos da 2ª Guerra Mundial – além do cerceamento das ambições expansionistas de alemães e japoneses, da Organização das Nações Unidas (ONU) e do novo sistema internacional bipolar que iria durar quase meio-século –, é fácil evocar aqui os famosos “30 gloriosos anos” de expansão económica que se seguiram à reconstrução das ruínas dos bombardeamentos, a “normalização demográfica” e o início das migrações contemporâneas, a energia atómica e o arranque dos processos de automatização baseados na electrónica, a “automobilização” dos cidadãos, o movimento de descolonização e “tomada de consciência do terceiro mundo” e,

7 Gaston Bouthoul, *Traité de polémologie – Sociologie de la guerre*, 1970.

8 E aqui encontramos a estratégia, os meios, a fixação dos objectivos, as táticas, o território, o uso do tempo, as “forças próprias”, as do “inimigo”, as populações civis e o seu estado de ânimo, os recursos económicos e financeiros, a informação, a qualidade militar dos “guerreiros” e do seu comando, etc.

ainda, as mudanças trazidas pela liberalização dos comportamentos sociais, pela entrada maciça da mulher no mundo do trabalho e no espaço público, pelo surgimento dos jovens como actores centrais da vida social e da cultura como objecto de consumo de massas.

Em todo o caso, o estatuto científico autónomo da polemologia (que pretendia Bouthoul⁹) ou a consideração do fenómeno da guerra no âmbito da acção política ou das relações internacionais (como prefere a maioria dos autores contemporâneos), não elimina o postulado de ela dever ser considerada como um “facto social” e, portanto, sujeita necessariamente ao escrutínio analítico das ciências sociais em geral e, mais particularmente, da História, da Ciência Política e da Sociologia.

Neste ensaio, estas três perspectivas de análise estão presentes, mas é sobretudo a partir da Sociologia que são apreciados os mais imediatos protagonistas da guerra – os combatentes e, em particular, os militares –, tal como o autor já se abalançou a fazer numa caracterização institucional da nossa Marinha de Guerra.¹⁰

É, pois, a Sociologia, os seus conceitos teóricos, a sua metodologia e sua lógica de abordagem que aqui estarão sobretudo presentes, embora em “segundo plano” e sem a retórica desnecessária do seu jargão técnico e profissional.

Vejam, ainda, uma derradeira destas questões preliminares, que devem ser esclarecidas desde a partida. Que abrangência manifestam, uns em relação aos outros, os três conceitos de Instituição Militar, de Poder Político e de Sociedade?

O conceito mais amplo – onde os outros se articulam – é certamente o de Sociedade. De certa maneira, tudo ali cabe e se inscreve. Mas o agenciamento e a concatenação das diversas “sociedades” que podemos ser levados a considerar em simultâneo (por exemplo, os efeitos conjugados de uma “sociedade nacional” com a “sociedade europeia ou mundial” onde aquela se insira ou que lhe sirva de “meio envolvente”; ou, no espaço do Estado-nação, entre as “sociedades urbanas” e a “sociedade rural”; ou ainda, numa zona mais restrita, entre as várias “classes” ou “meios sociais” que aí coexistam), essas interferências, dizíamos, pertencem já à esfera própria de determinadas teorias, às vezes alternativas entre si, que se apresentam à disposição do investigador. Um exemplo: para a análise de problemáticas de “curto alcance”, ou ditas micro-sociológicas (suponhamos, as mudanças nos processos de trabalho nas empresas), temos geralmente recorrido com proveito aos paradigmas teóricos “sistémico” e “estratégico”, que contextualizam cuidadosamente os “actores” e lhes concedem um pressuposto de racionalidade lógica na acção por eles desenvolvida,

9 Ou, de certa maneira, também André Gluksmann, em *Le discours de la guerre*, 1967, no início da sua translação de militante maoísta para “novo filósofo”.

10 João Freire, *Homens em Fundo Azul Marinho – Ensaio de observação sociológica sobre uma corporação em meados do Século XX: a Armada Portuguesa*, Oeiras, Celta, 2003.

ao mesmo tempo que situam a variabilidade de *out-puts* destas interacções na incompleta ou deficiente informação em que eles baseiam os seus “planos”, além da interferência de elementos não-rationais e imprevisíveis como as emoções ou os incidentes. Mas, também é verdade que, muitas vezes, é difícil caracterizar adequadamente as situações e, sobretudo, os momentos e modos de intersecção entre as instâncias micro e macro-sociais: por hipótese, o grau de influenciação entre minorias contestatárias activas e bem organizadas, e grupos populacionais de larga extensão, cujo descontentamento aquelas tentam explorar (que se passa num nível “micro”), tendo em conta o ritmo de crescimento da economia e o enriquecimento (ou não tanto) por ele proporcionado (que será uma variável “macro”).

Por seu lado, o Poder Político, em grau de abrangência do conceito, é nitidamente mais restrito do que a noção de Sociedade, pois (abstraindo o fenómeno da sua instituição e evolução histórica antiquíssima, estudado por certos antropólogos)¹¹ se refere a uma sua “secção” específica e funcional, que no entanto, em certa medida, se lhe impõe e, ao mesmo tempo, a representa, para certos efeitos, em particular face ao exterior. Se o Estado corresponde, como se dizia em tempos, à “sociedade politicamente organizada”, então a noção de “poder político” é qualquer coisa de *menos* do que o Estado porque, sobrando-lhe a capacidade de imposição de vontade, lhe falta, em particular, a presença do “povo cidadão” (isto é, o conjunto de pessoas que constituem a Sociedade, no limite das fronteiras físicas de um determinado território), pessoas sobre as quais, aliás, recai directamente a comprovação do peso da “potência pública”: a observância das suas leis, determinações e decisões judiciais, a exigência do pagamento do tributo, o risco da sua apropriação por algum “grupo privado”, etc. –, embora, simultaneamente, esses “habitantes” possam beneficiar da protecção (face a ameaças exteriores) e da regulação (face ao risco de desordem e violências avulsas internas) que lhe são proporcionadas pela referida potência pública.

Neste caso, o “poder político” – que tem subentendida e “naturalizada” a referência a uma comunidade larga, auto-governada, ou ao Estado que foi conceptualizado pelo pensamento Moderno – equivale à ideia de “governo”, no sentido amplo que lhe dão os anglo-saxónicos, isto é, não meramente o órgão “executivo” ou “administrativo” do Estado, mas sim o conjunto e a totalidade dos chamados “órgãos de soberania”, incluindo o “poder judicial”, os órgãos de representação popular e,

11 Sobre as sociedades primitivas, sem Estado, e o seu surgimento e sedimentação histórica, ver, por exemplo, Pierre Clastres, *La société contre l'État*, 1975, que, de certa maneira, responde ao conhecido texto “proto-científico” de F. Engels *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de 1884.

eventualmente, a chefia simbólica do Estado.¹² No plano das relações internacionais e globais, temos então instituído um campo de “países” (isto é, de Estados nacionais), formalmente iguais entre si em direitos e deveres, que procuram sobretudo a defesa dos seus respectivos interesses, consoante as oportunidades que se lhes oferecem e os recursos que podem investir em cada um dos domínios de confronto (geo-políticos, económicos, militares, etc.). A Sociedade das Nações (SDN), a ONU e o direito internacional concretizado em tratados bilaterais e multilaterais têm sido a forma institucional recente deste “estado-de-coisas”.

Quanto às Instituições Militares, estamos claramente sobre um conceito que se refere a um corpo especializado, muito particular, existente dentro do Estado moderno, que é o seu “braço armado”, não havendo aqui qualquer motivo de confusão com o “poder político” – ao qual funcionalmente deve obediência –, de dúvida sobre os interesses que lhe cumpre defender (que são, indubitavelmente, os do Estado-nação) ou ainda de hesitação sobre a relação de total separação normativa que deve manter com a Sociedade – não fôra o facto sociológico da comunicabilidade, da influência e das “porosidades” existentes entre as duas esferas. É justamente a natureza normativa “separada” e “específica” das instituições castrenses e, maugrado esta, a pertença e interacção entre os militares e os restantes membros do corpo social que constitui o nó problemático central desta abordagem.

O tema é aqui desenvolvido em três partes, começando pelo mais específico, limitado e dependente – as Instituições Militares – até ao mais amplo, variado e autónomo – a Sociedade, na qual se tentam alguns cruzamentos de temáticas referidas nas partes anteriores.

I – As Instituições Militares

1) As Forças Armadas, instituições nacionais

Sobre as Instituições Militares deve ser acentuado que, sobretudo num país com a antiguidade de Portugal, elas devem ser consideradas como verdadeiras “instituições

12 Sobretudo quando esta subsiste, por tradição histórica, sob a forma hereditária da instituição monárquica (como acontece em vários países europeus, além de alguns outros), quando se confunde com um poder temporal religioso (o governo de Deus na Terra, como o re-inaugurado por Khomeini no Irão) ou ainda sob a forma aclamativa de uma liderança pessoal carismática (como a de Fidel Castro em Cuba ou a da dinastia de Kim-Il-Sung na Coreia do Norte), quaisquer que sejam os mecanismos legais instituídos para lhe darem uma legitimação racional-moderna.

nacionais”, no sentido em que, na imprecisa mitologia do passado em que se funda a nossa identidade colectiva, elas acompanharam (e às vezes até se confundiram com) todos os principais momentos da nossa história, lado-a-lado com a direcção política da nação (o tal “poder político”) e com a vontade de independência colectivamente assumida face a terceiros povos ou poderes estranhos.

Do ponto de vista da ciência histórica, sabemos quão equívoca é esta “representação”, pois, com rigor, só se poderá falar da existência de um exército nacional talvez a partir das guerras da Restauração, das reformas militares do século XVIII e certamente depois da monarquia liberal e constitucional, a partir de 1834. Até então, o que existia eram forças militares privadas (das quais as da Casa Real eram as mais importantes) e fidelidades pessoais a figuras destacadas da nobreza, algumas vezes conflitantes entre si. Neste aspecto, um passo importante foi dado com a centralização, primeiro, e a constitucionalização e limitação do poder régio, depois, passando doravante os militares a dever obediência simultaneamente “ao Rei e ao Povo” – os quais se deviam confundir na mesma ideia de Pátria. Como isso nem sempre foi assim tão evidente, a questão só se deslindou – no plano dos princípios doutrinários – com a República e o unitarismo do seu governo legal.

Mas a memória simbólica dos povos não é a feita pelos estudiosos e, para sua própria legitimação, as nossas Forças Armadas (FA) da Modernidade – ou seja, o Exército e a Marinha, já então suficientemente separados – sempre se sentiram como as continuadoras dos guerreiros, heróis e mártires – os inúmeros “soldados desconhecidos” – que pelejaram em Ourique, Aljubarrota, Ceuta, Malaca, Alcácer-Quibir, Elvas ou Buçaco; em Magul, na Môngua, La Lys¹³ ou na Ilha-do-Cômo; ou que também sustentaram os levantamentos “patrióticos” de D. João Mestre de Aviz, do Duque de Bragança, dos insurrectos do 5 de Outubro, do movimento do “regresso à ordem” de 28 de Maio (este agora mais silenciado) ou dos “libertadores” do 25 de Abril. É esta ideia de longa continuidade histórica, juntamente com o role interminável dos que aí sofreram e pereceram por acções empreendidas em prol da comunidade (e não por ambição pessoal), que dá uma especial relevância – de facto, única –, selada pelo dramatismo, a esta relação de identificação com a Pátria. Esta é, pois, a *primeira razão* porque as FA se podem considerar como uma instituição nacional. Porém, há outras.

Assim, em *segundo lugar*, por via do Serviço Militar Obrigatório (SMO), elas atingiam (até agora) toda a população, no dealbar da idade adulta, constituindo durante muito tempo quase um ritual de passagem na vida dos rapazes, ao sujeitá-los

13 Sobre o Corpo Expedicionário Português na Flandres, ver o interessante livro de Isabel Pestana Marques *Memórias do General – 1915-1919 (“Os Meus Três Comandos” de Fernando Tamagnini)*, 2004.

a provas duras mas acessíveis, ao mesmo tempo que lhes igualizava (até certo ponto) as origens e condições sociais. Esta universalidade – que com algumas outras, poucas, integrava o “contrato de cidadania” – tinha, contudo, notáveis limitações: em especial, era apenas reservada à população masculina (mas que também era aquela cujo estatuto legal, até há poucas décadas, melhor aproximava o conceito de cidadão); mas também discriminava e excluía os fisicamente inaptos e os estrangeiros residentes; por fim, os próprios “indígenas” (dos territórios ultramarinos) só já bem dentro do século XX foram também abrangidos por esta obrigação nacional. É ainda cedo para se avaliarem completamente as consequências da extinção do SMO.

Em *terceiro lugar*, as FA tinham uma implantação territorial ampla, simultaneamente *enraizada* nas particularidades do “terreno” e *projectiva*, através dos espaços marítimos contíguos, dos empenhamentos militares longínquos (colónias, teatros de guerra europeus) e da conquista do próprio espaço aéreo que a tecnologia permitiu passar a usar e controlar, a partir de certo momento. O referido enraizamento está hoje bastante diluído pela rarefacção da malha dos aquartelamentos dispersos pelas províncias mas, por outro lado, o aumento da mobilidade e da comunicabilidade, tanto das forças militares como da população em geral, tende a atenuar os efeitos daquela perda.

Finalmente, em *quarto lugar*, existe nas FA uma *unidade* de doutrina, de organização, de comando, de execução e de cultura, marcadas pelos princípios da centralização e da hierarquia, que facilita grandemente a difusão e assimilação da ideologia própria forjada pela elite militar (que são os oficiais), dando-lhe a consistência de um “corpo único”.

Diremos ainda que a qualidade de “instituição nacional” que os corpos militares se atribuem e que a nação lhes tem reconhecido suscita um risco – historicamente comprovado – e também recomenda uma precaução. O risco é o de, em determinados momentos da vida nacional, a força armada se achar no *dever* de intervir directamente na cena política, para salvar a pátria do descabro ou da dissolução. Aconteceu em Portugal em inúmeros pequenos episódios do último século e meio e, de maneira decisiva e prolongada, com a “revolução nacional” de 1926. E aconteceu, ao longo do século XX em muitíssimos outros países, da Turquia à Espanha, do Egipto à América Latina, da África à Tailândia.

A precaução, de justiça, mas também de lucidez política, é a de que, quer o Poder Político, quer a Sociedade, devem reconhecer o papel altruísta dos defensores militares da colectividade nacional, homenageando simbolicamente a memória de todos os que tombaram nessa trincheira e cuidando socialmente do amparo dos terceiros que, eventualmente, aqueles deixaram sem recursos, ou dos que ficaram, eles próprios, incapazes de angariar o seu sustento. Os militares, que têm um pac-

to de sangue com a sua profissão, e que não se sentem reconhecidos pela nação, poderão pensar que esta lhes é ingrata. Não é um bom sentimento para quem tem as armas na mão.

2) O monopólio da violência e o corporativismo militar

O segundo ponto sobre as Instituições Militares prende-se com o facto de, nas Sociedades modernas e no quadro do Estado-nação nascido do “século das luzes”, serem elas (juntamente com as forças de segurança internas) as detentoras do monopólio legal da violência.

A Sociedade foi-se, de facto, civilizando e ganhando em segurança e pacificação dos espíritos e, sobretudo, do espaço público. O pinhal de Azambuja deixou de ser perigoso atravessar sem escolta. E com a progressiva instauração de um sistema judicial moderno, os diferendos, litígios e afrontas passaram a resolver-se cada vez mais nos tribunais. A ordem pública ganhou uma outra dimensão, simultaneamente mais governamental mas também mais cívica. De resto, é provável que a obra do Dr. Salazar e do Estado Novo que mais tenha penetrado, positivamente, no corpo social português, nas duas primeiras décadas da sua vigência, tenha sido a reconquista de uma sensação de segurança, estabilidade e equilíbrio: não só com a “ordem nas ruas” (passe as consequências pagas por pobres peixeiras e mendigos), mas também com a neutralidade mantida no conflito mundial, com o controlo cerrado das finanças públicas e a probidade pessoal do “chefe do regime”.

Ora, neste quadro, é absolutamente decisiva a maneira como os militares usam os meios de violência e coerção que lhes são entregues. Neste aspecto, o período da nossa Primeira República terá sido catastrófico, com a enorme partidarização da força armada (não só da oficialidade mas também de sargentos e praças) e intervenções políticas, que levaram a que Portugal ganhasse, por essa época, o pouco desejável epíteto de “México da Europa”. Imagine-se que o mesmo tipo de ameaças de “golpes” e de episódios de guerra civil que se viveram “em condensado” em 1974-75, se terão prolongado naquela época durante 16 anos. E que não foram poucos os “bons republicanos” que, fartos do “rega-bofe” dos partidos, acolheram com alívio o “28 de Maio”. Estes são os péssimos exemplos que desprestigiam as FA e as mostram como incapazes ou indignas da confiança de se lhes entregar, em exclusivo, as armas compradas para a protecção e a segurança da colectividade nacional.

É com base nessa *confiança* que, simultaneamente, se tem atribuído aos militares mais graduados – os oficiais – um conjunto de prerrogativas e responsabilidades, como a de poderem assumir, de imediato e sem mais formalidades, a qualidade

de “agente da autoridade pública” (podendo dar “voz de prisão”, por exemplo) no caso de ser testemunha da perpetração de determinados crimes, ou de sofrerem pesadíssimas penas em caso de “entendimento com o inimigo” ou do uso indevido (negligente, em proveito próprio, etc.) das forças que lhe são confiadas. Este conjunto extraordinário de poderes e de obrigações, há muito concedidas aos quadros superiores militares, terá provavelmente contribuído, a par de outros, de natureza mais simbólica e social, para uma certa exacerbação do “espírito de corpo”, do que, de resto, os militares se orgulham, geralmente.

Por outro lado, o “espírito de corpo” dos militares não é mais do que uma outra forma – talvez mais intensa e comunitária – de designar o fenómeno que os sociólogos estudam sob a designação de “corporativismo profissional”,¹⁴ o qual, contudo, não deve ser confundido com a doutrina política do “Estado corporativo”, como tivemos em Portugal a partir dos anos 30.

É possível sustentar que os corpos militares profissionais da Modernidade – como de resto as magistraturas judiciais ou as universidades coevas – se organizaram, em boa medida, *como se fossem corporações*, embora drasticamente sujeitas ao primado da hierarquia disciplinar de postos e funções e à aplicação de estritas regras burocráticas para regular a sua vida interna. Daí adviria a explicação última da sua tendência ao fechamento sobre si próprios: dos corpos militares em relação à “sociedade civil”; de cada um dos ramos, em relação aos outros; das três grandes categorias hierárquicas entre si (oficiais, sargentos e praças); das próprias carreiras ou especialidades técnico-profissionais (como as “armas e serviços” no Exército, ou as “classes” na Marinha), etc. Como as instituições (militares ou outras) são entidades “com memória”, é compreensível que a sua maior antiguidade contribua para reforçar o sentido em que os seus membros se sentem diferentes e eventualmente “acima” das pessoas comuns (por “superioridade” sua ou “incompreensão” dos contemporâneos), acrescentando ainda a dificuldade de comunicação com o resto da Sociedade.

Hoje, as FA constituem um conjunto integrado de dispositivos humanos e meios materiais especializados. Desde a criação do Ministério da Defesa Nacional, há já mais de 50 anos, que não cessou de progredir a utilização em comum de recursos por parte dos Ramos e a aproximação cooperativa entre eles em termos de doutrina, regulamentação geral, logística e emprego operacional de forças. Naturalmente, irão prosseguir as medidas de racionalização, de cooperação e de fusão de serviços. (Na Alemanha, por exemplo, desde o pós-guerra que se criou um único serviço de saúde militar).

14 Ver, por exemplo, Maria de Lurdes Rodrigues *Sociologia das Profissões*, de 1997, e João Freire (org.) *As Associações Profissionais em Portugal*, 2004.

Mas as arquitecturas e soluções organizacionais não podem ser desenhadas só por princípios de racionalidade formal. Os sentimentos e afectividades, as representações mentais interiorizadas pelos membros de uma instituição têm também de ser tidos em conta. Cada um dos Ramos das Forças Armadas tem mantido – e é bom que continue a manter – a sua cultura e identidade próprias, que pode incluir até alguma emulação e rivalidade com os demais. O fundamental é que tal competição seja guiada pelo espírito de servir melhor os objectivos comuns da defesa da comunidade nacional e não pela lógica auto-referenciada da supremacia do próprio Corpo.

3) Os objectivos da defesa, a estratégia nacional e o “inimigo”

Depois das invasões francesas, da perda do Brasil e da revolução liberal, grande parte do nosso século XIX foi passado a curar as feridas da guerra civil e a implantar as novas instituições e infraestruturas. Só depois da Conferência de Berlim o país se viu chamado à tarefa de cumprir as suas obrigações coloniais, perturbadas pela mudança de regime político e pela Grande Guerra e depois “congeladas” pelo realismo financeiro do Dr. Salazar. E só quando a violência brutal estalou, no início da década de 60, lá fomos de novo, para Angola e alhures, “rapidamente e em força”. Era demasiado tarde para uma transição pacífica. Deixámos 10 mil mortos (“nossos”) no terreno, regimes autoritários e conflitos intestinos larvares em vários dos novos países independentes.

Em todo o caso, pelo que toca às instituições militares, deve reconhecer-se que, durante um século, foi o Império que as mobilizou e uniu, foi nele que reconheceram um objectivo nacional e por este se bateram com abnegação, coragem e alguns sucessos.¹⁵ Em contrapartida, aquando dos períodos de transição política, aqueles que se seguiram a golpes-de-Estado ou “revoluções” que mudaram claramente a orientação e os detentores do poder político (ou seja, depois de 1910, de 1926 e de 1974), as instituições militares estremeceram e foram abaladas, dividiram-se e partidaram-se, não só porque era espectável um certo tempo de adaptação às características de um novo poder político, mas sobretudo porque, haviam saído delas próprias os movimentos conspirativos vencedores e, ao fazê-lo, ainda que por imperativos de “consciência nacional”, elas estavam claramente violando o seu dever de obediência ao governo legal e a usar as suas armas (ainda que apenas de modo potencial) para outro fim que não o da defesa nacional.

¹⁵ Ver, por exemplo, o livro de John P. Cann, *Contra-Insurreição em África: O modo português de fazer a guerra*, publicado entre nós em 1998.

E agora? É certo que, depois do 25 de Abril, se mantiveram as linhas anteriores da política externa portuguesa: a boa-vizinhança com a Espanha, a participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) (com uma especial atenção às posições norte-americanas) e as relações privilegiadas com o Brasil, a que naturalmente se vieram acrescentar os laços mutuamente desejados com as ex-colónias e a adesão ao processo de integração europeia.

Ainda até ao início da década de 90, a missão da NATO era a defesa dos países da “comunidade do Atlântico-norte” face às ameaças da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do “Bloco de Leste”. Com o desmoronamento deste adversário – que, ainda assim, no que toca à Rússia, não se desvaneceu totalmente, quer como zona de potencial instabilidade, quer como país detentor de um poder militar ainda considerável – a Aliança Atlântica tem titubeado: aproveitou a fraqueza conjuntural da Rússia para se estender a Leste; pela primeira vez, interveio militarmente, para reduzir os conflitos armados nos Balcãs e estabilizar a região; e aparenta não ter meios adequados para enfrentar e vencer a nova ameaça do “terrorismo internacional” que se precipitou a partir do 11 de Setembro de 2001 com a cara do “fundamentalismo islâmico”, acabando por, de forma algo esquisita, assumir agora a tarefa do controlo militar do indomável território do Afeganistão. Estas hesitações da Aliança foram de par com as reduções generalizadas nos orçamentos militares, com o papel, igualmente titubeante, da ONU na gestão de crises internacionais e quase sempre em função do estado dos relacionamentos políticos entre os governos dos Estados Unidos e os dos principais países da União Europeia (principalmente da França, do Reino Unido e da Alemanha, tendo em conta o momento por que passavam as suas respectivas opiniões públicas).

Pode pensar-se que a ameaça principal ao espaço democrático ocidental vem hoje do radicalismo islâmico que, mantendo “na brasa” a hipótese dos atentados de grande violência e espectacularidade e a permanente tensão israelo-palestiniana, apontará sobretudo para a queda de alguns governos e regimes árabes “moderados”, como o Paquistão, o Egipto, a Jordânia, a Arábia ou os do Golfo e do Magreb, ao mesmo tempo que tentará dificultar a convivência étnica na Europa, sob fundo das sempre chocantes imagens das misérias dos “países do Sul”, ou aproveitará de eventuais crises regionais que venham a declarar-se na península coreana, na cintura meridional da Rússia ou em qualquer outro lugar.

Os Estados Unidos da América surgem, neste contexto, um pouco como o amigo indispensável mas incómodo para os seus principais “aliados naturais”, por algumas suas inabilidades para lidar com um mundo diverso e muito diferente deles próprios. Tendo fornecido o principal contributo para os 40 anos de efectiva protecção que a NATO assegurou aos países ocidentais, são criticados simultaneamente por

confundirem a defesa da paz e da segurança internacional com os seus próprios interesses (ou apetites) e por não conseguirem efectivar objectivos de super-potência (como seria o controlo da situação no Iraque ou as ameaças atómicas de Teerão e de Pyong-Yang), que realmente não estão ao alcance dos meios de que actualmente dispõem, não bastando para isso a sua enorme superioridade técnica ou os seus *stocks* abundantes de armas nucleares.

No próprio seio das FA portuguesas, parece haver correntes de opinião expressivas muito críticas das políticas seguidas pela NATO e pelos norte-americanos. É certo que os norte-americanos foram, desde o início, a potência dominante na NATO. Mas quem é que se pode espantar de que a política militar desta organização em relação a Portugal tenha exigido, em determinado momento, um controlo ideo-político mais apertado quanto ao acesso dos oficiais a postos e cargos de responsabilidade, depois do que aqui se passou nos meios castrenses e da penetração e perturbação de que foram alvo por parte de sectores políticos da esquerda radical e dos “aliados inquebrantáveis de Moscovo”, nos nossos conturbados anos 70 pós-revolução? E quem estranhará que armas navais como os torpedos modernos possam ser vendidos pelos Estados Unidos a “meio-mundo”, tirando partido do seu avanço tecnológico e poder económico, mas que venham “vacinados”, para que um dia não sejam usados contra os próprios americanos, sendo o “antídoto” objecto do mais precioso segredo?

A integração actual de Portugal no espaço político europeu não deve substituir a nossa compensadora presença e participação na “vertente atlântica”, nem eliminar apressadamente as condições adequadas de credibilização da independência política nacional. De facto, do ponto de vista *estritamente português* e olhando para a *história*, as principais variáveis externas que geralmente penderam sobre nós, como povo, terão sido:

- i) As ameaças directas à nossa identidade, liberdade e soberania: os riscos de invasão/ocupação por parte de espanhóis e outros (ingleses, franceses, alemães) e os jogos de interesses conflitantes, na conquista e conservação de mercados, nos alinhamentos religiosos e culturais em que fundámos a Expansão e a nossa sobrevivência no mundo Moderno;
- ii) A indispensável inteligência estratégica da nossa colocação face às grandes potências imperantes no plano regional/mundial (aqui, durante muito tempo confundidos) ou em conflito entre si, em que a geopolítica geralmente nos recomendou a aliança com o poder marítimo principal, contra a hegemonia dos poderes continentais;¹⁶

16 Ver, nomeadamente, o livro de José Manuel Freire Nogueira *As Guerras Liberais: Uma reflexão estratégica sobre a história de Portugal*, publicado em 2004.

- iii) E, finalmente, a sempre difícil defesa de alguns nossos interesses específicos localizados em espaços longínquos – comércio, império, influências, memória, diáspora –, exigindo tacto diplomático e argúcia exploradora de oportunidades.¹⁷

Olhando agora (do mesmo ponto de vista, *nacional*) para a *actualidade*, a ancoragem à Europa parece uma inevitabilidade política, doutrinária e económica mas, do ponto de vista da segurança, tudo é muito menos claro, oscilando-se mesmo entre o abandono de uma qualquer perspectiva de defesa militar nacional em proveito de uma melhor integração em sistemas colectivos de segurança e defesa, e a manutenção de um mínimo de capacidades próprias, para corresponder ao que resta de soberania nacional e às insondáveis surpresas que o futuro nos pode reservar.

O *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* e o *Conceito Estratégico Militar* actualmente em vigor em Portugal têm dificuldade em identificar com precisão as missões das FA face às ameaças que nos espreitarão, entre o Leste e o Oeste, o Sul e o Norte, o exterior e o interior, tal é a fluidez e imaterialidade das formas que elas podem assumir e, até certo ponto, o esgotamento dos conceitos tradicionais para as descrever, caracterizar e planear respostas adequadas. Diz-se, por exemplo, no primeiro daqueles documentos que “a Defesa Nacional tem por objectivo garantir a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações, contra qualquer agressão ou ameaça externas”. Ao que o segundo documento vem precisar um pouco a questão do “espaço estratégico de interesse nacional”, com uma componente “permanente” e outra “variável”, sendo que aquele (espaço) é “política e militarmente, definido de acordo com as conjunturas”. Mas o “conceito de Defesa” acrescenta também que “À Defesa Nacional incumbe, ainda, garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas, a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado, o reforço dos valores e capacidades nacionais, assegurando a manutenção ou restabelecimento da paz, em condições que correspondam aos interesses nacionais”. Sendo compreensível a lógica da agregação deste segundo elenco de missões, é contudo ampla a margem de interpretação que se cria quanto à sua utilização política.

Destas orientações deriva um “sistema de forças”, largamente aberto a opções políticas, de doutrina militar e de meios técnicos e humanos, onde caberão as orien-

17 Sobre esta problemática, ver o interessante livro de síntese de Luís Filipe Barreto *Lavrar o Mar: Os Portugueses e o Índico*, publicado em 2000 (lamentavelmente, um conhecido autor de outra área do conhecimento publicou recentemente um livro com o mesmo título principal deste).

tações programáticas dos órgãos de soberania relevantes (sustentadas no voto popular que as sufragou), mas também as visões dos especialistas da matéria e dos próprios corpos militares. Uma coisa é certa, porém. É que os custos dos equipamentos e das forças militares são cada vez mais elevados e que os seus volumes têm de ser cada vez mais modestos, tanto por essas razões económicas como pelo desapoio que encontram nas opiniões públicas, o que limita seriamente os objectivos operacionais que podem ser atribuídos às FA e o quadro do seu emprego na actualidade.¹⁸

4) A coordenação, a disciplina e as culturas militares

A unidade de comando, a distribuição hierárquica das competências decisórias de cada “chefe” e das suas dependências funcionais são características intrínsecas das instituições militares tradicionais, sedimentadas por uma experiência de séculos, que conviveram com diversos tipos, bem diferenciados, de Sociedade e de Poder Político e se *fixaram* (em termos psicológicos, simbólicos e de memória histórica) nos períodos (apesar de tudo) excepcionais da guerra e nos momentos cruciais do combate.

No plano humanístico, o duelo agónico é sempre um acto brutal e desastroso, quaisquer que sejam as representações sociais que dele façam intervenientes e observadores, seja pela exorcização do nosso “medo da morte”, seja pelo impulso agressivo de querer “negar” o adversário. A coesão anímica das “nossas tropas” é então um factor decisivo para enfrentar tais terríveis condições psicológicas. Ora, foi com a intenção de “automatizar” esta coesão que, desde há milénios, as doutrinas militares enfatizaram a importância da “disciplina”, isto é, de uma “naturalização” e “automatização” da relação de comando-obediência que enlaça os militares de diferentes “patentes”, que liga o “superior” ao “subordinado” de uma maneira inequívoca e, em situação de urgência, diríamos mesmo, absoluta.

No mundo Moderno, este regime de relacionamento interno e de funcionamento dos corpos militares começou a entrar em dissonância com o pulsar de Sociedades que progrediam na indústria, na ciência, na escolarização e no bem-estar de populações cada vez mais vastas, que iam descobrindo práticas inovadoras da Liberdade e da Igualdade constitucionalmente proclamadas e perdendo os receios atávicos perante os “grandes da Terra” e os “mistérios do Céu”. De um autor crítico do militarismo como Augustin Hamon, encontramos, sem surpresa, na sua obra *Psicologia do Militar Profissional*, publicada originalmente em 1893,

18 Uma boa abordagem, sintética e simplificada, destes problemas é feita no livro de José Manuel Freire Nogueira (coord.) *Pensar a Segurança e Defesa*, publicado em 2005.

ideias como as de que os militares se moveriam “por interesse pessoal”, prolongam actos e comportamentos “selvagens” e “ancestrais”, exaltam a violência e mostram “desprezo pela vida humana e pelos sofrimentos físicos”; que, por outro lado, manifestam uma “hiperexcitação do conceito de superioridade” (em relação aos civis) e uma “exacerbação do poder, verdadeira cesarite, reunida a um grande servilismo”; e, finalmente acusariam uma duplicidade suspeita entre o galanteio dos salões e formas brutalizadas de sexualidade.¹⁹ Mas este não é apenas um sinal que possamos desprezar, sob o argumento da sua insignificância ou do *partis-pris* do seu autor. Por exemplo, se tomarmos o curioso volume do lieutenant-colonel Montaigne publicado em 1913 sob o título de *Vaincre*,²⁰ a principal matéria que ali encontramos discutida é de natureza psicológica e sociológica, acerca do homem, das multidões, das raças, do medo, etc., apoiando-se na mais difundida bibliografia da época, como a subscrita por Gabriel Tarde, Herbert Spencer, Mantegazza, William James ou Gustave Le Bon, ou seja, espíritos que faziam boa companhia e estavam então em diálogo com o referido Augustin Hamon, e todos sob a influência de uma balbuciante ciência sociológica positivista.

Do ponto de vista da Sociologia, é possível hoje identificar, sob um certo soclo ideológico comum, as diversas formas de culturas organizacionais que estruturam o funcionamento e a coesão dos diferentes ramos e corpos que compõem as FA actuais. Tomem-se as diferenças existentes entre o Exército, a Marinha de Guerra e a Força Aérea. Fundamos esta análise em duas focalizações precisas: por um lado, nas suas práticas quotidianas mais típicas e específicas; por outro lado, nos processos de integração, socialização e aprendizagem onde são acolhidos e “modelados” os novos candidatos a membros destas corporações – ou seja, as escolas e tempos de adestramento e formação. A rotina tradicional das “recrutas” foi geralmente contrastante com a excitação do “cheiro da pólvora” ou do “rufar dos tambores”, mas não lhe era indiferente. Pelo contrário, teve sempre em vista lembrar que, um dia, hipoteticamente, tudo aí se jogaria e teria aplicação, permitindo a vitória, o sucesso e a sobrevivência ou, em vez disso, podendo conduzir a um colapso repentino e irreparável, e à captura, ferimento ou morte de qualquer um dos envolvidos.

Ora, no *Exército*, o valor de referência fundamental incutido nas actividades de “instrução” ou nas escolas militares era, sem dúvida, e é certamente ainda, o da *disciplina*, no sentido acima indicado, entendido como comando inequívoco dos

19 É também o autor do livro *Psicologia do Anarquista-Socialista*, publicado em 1895, onde enfatiza os valores actuates (vistos como positivos) destes prosélitos.

20 Tem o sub-título: *Esquisse d'une Doctrine de la Guerre, basée sur la Connaissance de l'Homme et sur la Morale – Préparation à l'étude de la guerre.*

responsáveis sobre os seus subordinados, fossem eles outros comandos ou meros executores. A sequência ordem-obediência devia ser interiorizada por cada um de uma forma mecânica, de modo a que, no momento álgido do combate, não houvesse falhas ou hesitações. As ordens poderiam ter sido mal dadas, por defeituosamente concebidas, deficiências de informação ou escassez de preparação; a sua execução podia ter sido inapropriada, por falta técnica ou de vontade – mas, num caso como noutro, uma avaliação posterior poderia levar a conclusões positivas ou a sanções sobre os culpados. Em termos de continuidade da instituição, mesmo uma derrota deveria servir de lição para confrontos e sucessos futuros. O que não era possível permitir – porque tal significaria de imediato o desastre – era que, no auge da batalha (ou na sua iminência), um pânico colectivo levasse à quebra da unidade de vontades e à interrupção dos mecanismos da “cadeia de comando”.

As aparentes inutilidades e violências gratuitas destinadas a amachucar o *ego* de um jovem para o transformar num combatente tinham, no fundo, este fim em vista. Eram um processo pedagógico talvez semelhante ao dos conventos cristãos tradicionais. Estes últimos, ritualizavam a mortificação do corpo, com o fim de disciplinarem a alma, purificando-a dos seus sobressaltos de humanidade e natureza, aprestando-a para a santidade. Aqueles, mais modestamente, limitavam-se a domesticar as vontades e os impulsos, sobretudo dos mais recalcitrantes, para daí extrair o máximo de eficácia da acção colectiva, canalizando outras paixões humanas para momentos próprios e não comprometedores dos objectivos estratégicos (tais como: as licenças, as vivandeiras, o saque, o desforço violento sobre o inimigo, etc.).

É certo que no século XX já não se guerreava munido de arma branca e agressividade agónica. No caso da Engenharia, a tecnicidade estava mesmo em crescendo e daí a sua subdivisão em Transmissões, Material, Topografia, etc., mas este era, de certa maneira, um equívoco histórico e cultural, já que, a despeito da indiscutível superioridade intelectual daquele corpo, as verdadeiras “armas combatentes” do Exército eram a Infantaria (que ocupava o terreno e lidava com as populações), a Cavalaria (mais móvel e ligeira, fossem quais fossem os meios de deslocação utilizados) e a Artilharia (que concentrava o principal potencial de fogo e destruição). Em todo o caso, em meados do século XX, era preciso ensinar ao “soldado raso” as técnicas elementares do uso de armas mecânicas já complicadas (da espingarda ao obus e ao “tanque”), da química dos explosivos e outros produtos letais, das regras da acção coordenada dos homens no terreno e dos sinais que trocavam entre si, do manuseamento de materiais e equipamentos de marcha, estacionamento e abastecimento, e muitos outros. Era também necessário ensinar certos pontos-chave de doutrina, isto é, de justificação racional e ideológica: a lealdade ao rei ou à pá-

tria, a glória do destino nacional, a celebração da memória dos caídos, o prémio ao mérito e à heroicidade, o amparo aos estropiados e aos órfãos de guerra, o código dos deveres e dos castigos, etc. Porém, no caso concreto do Exército português de meados do século XX, estas eram matérias necessárias mas, de certa maneira, ainda adjacentes ao central e sagrado dever da disciplina. Lá bem no fundo, para além da memória fresca das guerras mundiais, havia sempre o perigo dos “espanhóis” ou dos “vermelhos” nos obrigaram a uma defesa armada, que acabou por concretizar-se mais recentemente sob a forma da “guerra que nos foi imposta no Ultramar”.

Na *Marinha*, esta estruturação de valores e referências era algo *diferente*. Agora, muito mais do que em séculos anteriores, o combate naval já não se travava directamente entre homens, mas entre “máquinas”: os navios. Nestes termos, a disciplina militar passava para segundo plano, cedendo o passo à aptidão marinheira, ao desembarço pessoal, à familiarização com os elementos naturais e à integração numa cultura social específica dos “homens do mar” e diferente das pessoas comuns.

O incitamento à guerra e ao combate militar, por objectivos superiores (a glória do império, a defesa da pátria, a honra da Armada, a luta pela Liberdade, etc.), eram aqui operacionalizados através de meios acessórios, entre os quais se destacavam dois: a miragem do saque e da aventura marítima, que constituíam o *incentivo material*, por um lado; e a *ideologia*, por outro – neste caso, a noção racionalizada de um discreto e simbólico reconhecimento social que vinha completar a consciência de um dever bem cumprido (o lema “A Pátria Honrae, que a Pátria vos Contempla” parece elucidativo). Naturalmente que, com o advento do liberalismo e da modernidade política, deixou de haver lugar para o pagamento dos marinheiros por via dos resultados económicos de uma guerra de corso. Mas incentivos como o subsídio de embarque, a promessa da descoberta de novos portos e povos, ou a miragem de aventuras sensuais inusitadas constituíam, no fundo, o equivalente funcional daquela imagem de corsários.

Quanto ao reconhecimento, pode pensar-se que, no caso português, a Marinha que fez a transição dos navios de madeira e da vela para o ferro e o vapor, teve, ao longo de largas décadas dos séculos XIX e XX, a oportunidade de lidar com todos os mares e as cinco partidas do mundo por força do disperso território colonial, fosse na calmaria das sondagens hidrográficas ou da fiscalização, fosse em mais episódicas operações bélicas, mas sempre já numa postura defensiva e não de domínio, antes de sobrevivência num mundo que já era controlado por outros.

Esta ausência de desígnio imperial (apesar das hipérboles de certos discursos, tratava-se de preservar um património do passado) mas, simultaneamente, de observação próxima dos grandes dramas mundiais (colonização, guerras, revoluções, descolonizações), terá proporcionado a estes homens uma compreensão alargada

da sua experiência de vida, rasgando-lhes horizontes de oportunidades apenas acessíveis a um restrito número de nações modernas (mas pela via do saber codificado). Eis uma “*paga*” valiosa, que seria mais apreciada por certos jovens do que as promessas de chorudos ordenados futuros.

Por outro lado, aquelas missões não-guerreiras, mas de mero “controle” (dos mares, da pesca ilegal, dos tráficos) e “de serviço” (oceanografia, meteorologia, salvamento), apoiadas em conhecimentos técnicos complexos (mecânica, electrónica, navegação, etc.) terão induzido um sentimento de *profissionalismo* e “*utilidade pública*” porventura bem mais acentuados do que no Exército. O “espírito de serviço”, reforçado com o “republicanismo” que nela se enraizou profundamente durante o século XX, terá constituído, assim, um elemento estruturante da cultura específica – e portanto da coesão – da instituição naval.

Finalmente, a *Força Aérea*. Aqui, estamos perante uma “arma”, primeiro, ou um “ramo”, depois, nascido dos progressos técnicos do século XX e que, mercê da nova dimensão (o uso do ar) que introduziu e operacionalizou no espaço-tempo do combate e (potencialmente) da guerra, em poucas décadas se alcançou a uma posição de paridade com o Exército e a Marinha. Foi, do ponto de vista dos processos de mudança social, um extraordinário sucesso de criatividade, inovação e institucionalização.

Atentemos a algumas características específicas da aviação militar. Em primeiro lugar, a sua actuação operacional (nas diversas missões do “reconhecimento táctico”, da “caça”, do “ataque ao solo”, do “bombardeamento”, da “patrulha marítima” ou do “transporte aero-táctico”) é sempre precária e limitada pela capacidade de sustentação em voo das aeronaves, precisando, por isso, de indispensáveis bases de apoio no solo, a distâncias mais ou menos próximas do teatro de operações. É certo que esta logística pode hoje ser um pouco distanciada graças às manobras de reabastecimento de combustível em voo (só ao dispor das grandes potências), mas o problema existe sempre.

Segundo, a operação das aeronaves é, apesar de todos os progressos dos equipamentos, um gesto técnico e uma competência profissional eminentemente pessoal, centrada em exigentes capacidades cognitivas, emocionais e sensoriais, apenas detectáveis por adequados processos de selecção de candidatos e, depois, completadas por uma formação muito cuidada e intensa, quer inicial, quer em termos de treino e manutenção dos níveis de qualificação adquiridos. Ora, recuando até à sua génese no início do século XX e na Grande Guerra, foram justamente estes “pilotos-aviadores” que construíram o mito inicial dos “ases do espaço”, sobretudo na “caça”, e completada na 2ª Guerra também nas outras missões, com famosas e sangrentas “batalhas aéreas” e ferozes combates entre aeronaves e artilharia (mais tarde, “missilharia”). O corpo de pilotos – que, aliás, deu azo a uma extensa literatura

e filmografia – tornou-se assim, simbolicamente, no núcleo emblemático da Força Aérea, à volta do qual gravitavam as inúmeras especialidades técnicas exigidas por estes equipamentos – dos tripulantes navegadores, observadores, bombardeiros e metralhadores aos “terrestres” mecânicos, electricistas, abastecedores, bombeiros, sinaleiros, controladores de tráfego aéreo, polícias e *tutti quanti*.

Hoje, o custo astronómico de uma aeronave de alta tecnologia incute nestes profissionais um grau de exigência pouco compatível com “traquinices” ou veleidades de acrobacia aérea. Mas a “imagem de marca” dos pilotos, misturando arrojo e comportamentos de segurança, ousadia e competência profissional, rigor técnico e sentido das responsabilidades, sangue-frio e momentos de “descompressão” e “evasão” (frequentemente misturando álcool e mulheres), na *mess* ou nos tempos de “licença”, ficou assim registada como situando-se nos antípodas da disciplina “caserneira” do Exército e das praxes de cortesia da Marinha. O uso do “calão”, as posturas pouco aprumadas e nada marciais, os gestos cerimoniais (como a “contidência”) subvertidos e os modos irreverentes, compunham um conjunto de traços comportamentais que se tornaram típicos deste corpo militar, pese embora o esforço empenhado dos seus responsáveis para uma assunção plena, pelos membros do Ramo, da sua qualidade de militares. Se a isto adicionarmos a frequente dedicação sem limites à missão, o desprezo pelo risco de morte, a abnegação para salvar terceiros e a audácia aventureira que nenhum dinheiro pode pagar, teremos talvez circunscrito aquilo que podemos designar pelo modelo *individualista*, de *convivência com o perigo* e de *militar “apesar-de-tudo”* que caracteriza o aviador e a Força Aérea, a qual, pela experiência histórica de um século, se tem revelado também como bastante permeável às influências político-ideológicas.

Naturalmente que este modelo atitudinal é fruto do modo como esta instituição socializa os seus novos membros e lhes transmite a memória e os arquétipos da sua curta mas dramática história – dramática desde logo porque o risco do acidente aéreo, geralmente fatal, é consubstancial à profissão. Mas deriva também, em grande medida, do processo de selecção operado pela instituição de entre os candidatos a ingressar no “ramo”: só se candidatam os que se sentem com “vocação” para tais “aventuras”; e só são seleccionados os que, por testes e exames de grande exigência, a podem presumivelmente garantir.

Comparando estas três culturas organizacionais, diríamos que só a do Exército é genuinamente militar, no sentido tradicional da centralização e da disciplina, sendo que a da Armada resulta já de uma combinação historicamente enraizada entre “identidade marinheira” e “identidade militar”, e que a Força Aérea nasceu e se desenvolveu sob as condições técnicas e sociais da nossa contemporaneidade, ressuscitando o mito dos “cavaleiros... (mas agora) do ar”.

5) *Os valores, os símbolos e o “fechamento” dos militares sobre si próprios*

Como se sabe, as FA consagram um lugar muito importante aos rituais, aos símbolos e, por via deles, aos valores e, nesse sentido, à conservação “daquilo que está e vem do passado”. Isto é, tendem a ser instituições conservadoras. Como se regem por numerosas normas formais – talvez alguém se lembre da saborosa caricatura prussiana do “manual” e do “regulamento” que era exibida no filme *The Glorious Mad Men in Their Flying Machines* – são também organizações muito burocráticas.

Não se trata, porém, de regras absolutas. Como dizia o sociólogo Alain Touraine a respeito da tendência invasora da burocracia, esta pode recuar perante situações onde se valorizam a rapidez de decisão e a capacidade inventiva e inovadora, como são os contextos de negociação económica e de resolução de problemas técnicos. Alargo esta observação para as instituições militares, para realçar como o ritualismo, a burocracia e o “espírito caserneiro” se apagam notavelmente quando se entra em “situação de campanha”. Aqui já “não se brinca em serviço” e todos se lembram do juramento solene feito, que inclui, se necessário, “o sacrifício da própria vida”.

A vivência (real ou imaginada) destas situações-limite, com o dramatismo e o sentido trágico que lhes estão associados, dá todo o sentido à persistência de cerimoniais que a Sociedade do presente tende a olhar como arcaicos ou mesmo ridículos. Vejam-se os actos solenes de “homenagem aos mortos” ou a memória dos cerca de dez mil militares portugueses que pereceram nestas últimas guerras do Império, e cujos nomes estão hoje inscritos, dignamente, nas paredes de mármore do forte do Bom Sucesso, junto ao Tejo – que, honra lhe seja feita, o Presidente Sampaio teve a coragem política de, um dia, ali comparecer para assinalar o reconhecimento da República. Recordem-se os sentimentos de verdadeira fraternidade que perduram entre “antigos combatentes” que querem sempre voltar a reunir-se, de longe em longe, para reviver e reavivar momentos extraordinários sofridos em conjunto. Hoje fala-se em “stress pós-traumático de guerra” com a banalização que os meios de comunicação de massas imprimem a certos jargões científicos de que se apropriam. Mas, de facto, para os que foram combatentes, a experiência de conseguir salvar um camarada ferido (ou de falhar essa tentativa), as confissões mais íntimas que, na véspera do combate, se podem fazer aos vizinhos da trincheira ou os comportamentos pessoais despojados de qualquer couraça psicológica que estes ambientes favorecem são vivências únicas, no limite da nossa existência e que vão restar na memória dos homens para toda a vida.²¹

21 Por exemplo, a dimensão da sexualidade, incluindo as pulsões ou os fantasmas da homossexualidade só têm encontrado tratamento num ou noutro registo estético (literário ou cinematográfico),

Também as incontáveis legendas éticas (e épicas): “Que nunca por vencidos se conheçam”; “*Honneur, Patrie, Valeur, Discipline*”,²² “Servir” e até aquela de uma unidade não-combatente e que provocava algum sorriso irónico (“E nós também”) – serviam para afirmar simbolicamente um *princípio*, que devia dar unidade e coesão moral a um determinado corpo. Naturalmente, as recompensas simbólicas – os louvores, medalhas e condecorações – integravam em plano de destaque esta panóplia de artefactos, jogando no plano positivo do sistema de punições de recompensas que existe em qualquer sistema social estruturado e equilibrado. Assim, quando o rei D. Carlos devolveu as insígnias da Ordem do Banho (ou talvez fosse da Jarreteira) à Inglaterra, em protesto contra o *Ultimatum*, estava a mostrar a ofensa e indignação que a nação portuguesa sentia perante esse “acto de força”, ainda mais inaceitável por provir do nosso “aliado histórico”. Juntamente com “as campanhas de ocupação”, era a resposta possível do “poder político” perante a revolta e o patriotismo ultrajado exibidos pelas correntes republicanas que, por exemplo, levaram a uma subscrição pública para a compra de dois navios de guerra bem como à inscrição de um plano de desenvolvimento acelerado para Angola e Moçambique no programa de governação que o PRP²³ começou a propor ao país e que tentou executar a partir de 1910. E quando correu na “voz pública” que o general Gomes da Costa havia empenhado as suas condecorações de guerra (do Ultramar e de França) para sobreviver com um mínimo de dignidade, tal gesto demonstrou à sociedade, para quem o quis ver, que os “superiores interesses” da Revolução Nacional incluíam, afinal, golpes palacianos e pequenas conspirações no seio da ainda instável “elite do poder”, capazes de atirar impiedosamente o velho general para uma situação de carência económica.

Outro episódio de grande significado foi o chamado “movimento das espadas”, ocorrido em Janeiro de 1915, quando, a um apelo lançado pelo “herói da Rotunda” Machado Santos, que já antes havia manifestado a sua insatisfação pelo caminho seguido pelo partido de Afonso Costa, se concentraram em Belém dezenas de oficiais do Exército que foram entregar as suas espadas ao Presidente da República Manuel de Arriaga. As consequências políticas foram céleres, gravosas e premonitórias, quanto à disponibilidade dos militares para a intervenção política: daí a poucos dias caiu o governo de Vítor Hugo de Azevedo Coutinho (aliás, oficial de Marinha), a que se seguiu a nomeação do general Pimenta de Castro com um

mais como exploração ideológica (frequentemente “anti-militarista”) do que como tentativa de compreensão científica, ou simplesmente humana, dessas circunstâncias.

22 Legendas da *Marine Nationale*, francesa.

23 Partido Republicano Português, cujo líder principal acabou sendo o Dr. Afonso Costa.

gabinete onde predominavam as figuras fardadas, que governou, como se dizia, “em ditadura” (isto é, com o Parlamento encerrado a partir de Março) e levou ao desenlace sangrento da revolução de 14 de Maio.

Para além do *panache* da manutenção de símbolos e tradições, um certo conservadorismo e fechamento de horizontes era também transmitido graças à importante reprodução “endógena” do corpo de oficiais. Como mostrou a socióloga Maria Carrilho,²⁴ as condições do recrutamento destes oficiais modificaram-se imenso entre a época em que se fez a República e aquela em que germinou o 25 de Abril. Uma dessas modificações referia-se à abertura do campo do recrutamento a pessoas que nunca tinham tido militares profissionais como antepassados e que, portanto, não traziam já adquiridos, na família, elementos de socialização próprios do meio castrense. Entre estes dois eventos, medeiavam menos de 70 anos, período relativamente curto se tivermos em conta a transmissão memorial directa entre gerações. Com efeito, a vivência de três gerações consecutivas abrange cerca de um século. Quando uma parte das transmissões socializadoras se faz por via dos contactos familiares directos, isto significa que é a nossa experiência que se alonga dos nossos 30 ou 40 anos de vida activa para os 100, ou mais, também cobertos pela dos nossos pais e avós. Isto acontecia com assinalável frequência nas famílias dos oficiais.

Ora, um dos elementos culturais invariantes que atravessou este período de mais de 100 anos terá sido o *nacionalismo castrense*. Face a instituições monárquicas desprestigiadas que se prestam a ser vistas como parasitárias da vida nacional; face a governos fracos que se mostram incapazes de “ter mão” nos desmandos de alguns e que, em especial, nos minorizam perante o estrangeiro; face a estadistas surdos quanto aos sinais de descontentamento profundo que podem lavrar em vários campos da república; face a elites dirigentes avassaladoras que ocupam o espaço do poder em proveito próprio; ou perante indícios de desagregação da unidade nacional – nestas condições, é expectável que surjam do meio militar apelos e impulsos dirigidos ao cerne da consciência colectiva, em prol de regeneração ou da sobrevivência da Sociedade, na forma em que os militares melhor (ou unicamente) a conhecem: a da Pátria, pela qual derramaram o sangue tantos dos seus filhos, tantos dos seus companheiros de armas. Embora historicamente possa ter havido, aqui ou ali, pontos de contacto ou “contaminações” ideológicas de diverso tipo (com se sabe, há um nacionalismo jacobino e republicano, um nacionalismo fascista, até um nacionalismo comunista...²⁵), julgo que este nacionalismo castrense

24 Ver *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*, publicado em 1985.

25 Uma interessante abordagem sociológica do nacionalismo pode ser encontrada no livro de Ernest Gellner *Nações e Nacionalismo*, publicado originariamente em 1983.

é um sentimento e uma ideologia diferente, genuína e autêntica, que não deve ser apressadamente confundida com qualquer das outras.

II - O Poder Político

1. Observações gerais

Quanto aos princípios e questões de base relativos ao Poder Político estatal, justifica-se apenas relembrar alguns dos mais importantes e que são comuns aos vários Estados que concretamente existem ou existiram nos últimos dois séculos da Era Moderna, que correspondem de alguma maneira à noção de Estado-de-direito e, em especial, a uma ou outra forma de “governo do povo”, onde poderíamos englobar os regimes “democrático-individualistas” (os da nossa referência actual), os “populistas” (assentes numa relação de identificação psicológica e simbólica directa entre um líder e o povo) e os “vanguardistas” (que recorrem à intermediação de uma “elite designada”, como representante colectiva da vontade popular, seja o caso de um “partido-guia” ou de um “exército de libertação nacional”).

O primeiro desses princípios é o de que a Sociedade *politicamente organizada* numa destas formas contém implicitamente uma ideia de *viabilização do “contrato social”*, ou seja, de um conjunto de direitos e deveres, dos cidadãos, dos grupos sociais e das instituições públicas, com toda a variedade dos seus interesses específicos, que devem contudo vergar-se à superioridade de um “interesse geral”, para coexistirem e conviverem razoavelmente entre si, isto é: para que seja controlada a agressividade natural e o conflito agónico, evitada a opressão e a tirania, e se organize uma vontade de convivência pacífica entre todos ou, pelo menos, para a grande maioria dos indivíduos. Por via desta viabilização, assim se assegura também uma expectativa de *confiança, estabilidade e continuidade*, premissas indispensáveis para que cada qual possa planear acções e resultados futuros com um grau de previsibilidade aceitável.

Por outro lado, não é evidente – a menos que o sistema social funcione adequadamente nesse sentido ou o poder político seja capaz de o impor – que a população assimile “naturalmente” aquela ideia de “contrato” e de balanceamento de direitos, por um lado, e de deveres, por outro. O discurso político dominante no último meio século tem pendido sistematicamente para enfatizar e alargar os primeiros (por exemplo, nos Direitos Humanos, consideram-se hoje não só os clássicos direitos “civis e políticos”, mas também os “económicos, sociais e culturais” e ainda uns chamados “de terceira geração”) ao mesmo tempo que se têm esquecido ou dimi-

nuído a importância dos segundos – os deveres. Por exemplo: falando em termos de análise objectiva, não pode deixar de se apontar o desequilíbrio existente entre os direitos e deveres fundamentais inscritos na Constituição da República Portuguesa. Nela se enumeram qualquer coisa como 51 tipos de direitos dos cidadãos e apenas um dever, o da “defesa da Pátria”, de resto inserido fora do contexto, quase no final do documento. Note-se ainda que o dever de votar é qualificado como “dever cívico”, talvez para significar que nenhuma penalidade existirá pelo seu incumprimento; e nem sequer pagar impostos é um dever constitucional! Por outro lado, no Título III da Parte I da CRP, denominado “Direitos e deveres económicos, sociais e culturais” e onde se definem uma vintena destes preceitos, os direitos são *dos cidadãos*, mas os deveres são, por inteiro, *do Estado*, que deve cuidar de assegurar aqueles. Numa palavra: não só não há equilíbrio entre “contribuição” e “retribuição”, como nem sequer se vislumbra um traço de “contratualidade” na carta fundamental que se propõe reger a sociedade portuguesa; antes a proclamação de benesses e proveitos, que são explicáveis pelo contexto que rodeou os constituintes de 1975 mas provavelmente são pouco “educativos” para as novas gerações que vão sendo socializadas sob a égide de tais “garantias”, que lhes podem aparecer como “naturais” ou “caídas do céu”.

O segundo princípio parece ser o da *universalidade*, ou seja, o da igualdade de base (jurídica, de dignidade humana, sem distinções de “condições de nascimento”) que deve presidir às relações inter-individuais e de cada qual com a Sociedade, representada colectivamente pelos organismos do Estado. É certo que a operacionalização deste princípio obriga à consideração de excepções, modulações e casos particulares (tendo em conta, nomeadamente, a desigualdade natural das pessoas e a suas diferentes condições sociais, em particular da riqueza), bem como à sua *praticabilidade*, não podendo quedar-se ao nível dos discursos retóricos. Por exemplo, a dinâmica de alargamento das funções do “Estado social” parece trazer-nos agora o problema do financiamento dos custos da concretização desses novos direitos (no campo da saúde, da educação, da habitação, do ambiente, etc.) e da maneira mais justa e eficiente de os assegurar. A questão da fiscalidade é – entre outras – bem elucidativa da distorção operada entre os princípios filosóficos e a prática social. Salvo o caso de algumas excepções (ou atenuações do fenómeno), na maior parte dos países do mundo (incluindo os de regime político democrático) as suas respectivas populações tenderão a encarar o pagamento dos impostos como uma “extorsão” praticada pelo poder político – e daí a naturalidade com que os designamos: “impostos!” – e não como as “quotizações” com que, contratual e racionalmente, contribuímos para a “caixa comum do país”. É certo que as ciências sociais já souberam propor teorias explicativas destes comportamentos contraditórios e dos seus efeitos perversos,

contra-intuitivos (p.ex., Olson²⁶), mas isso não tira a que certas ênfases habituais do discurso político (neste caso, o apelo à “consciência” dos cidadãos) estejam em boa parte condenadas ao insucesso, e seja necessário encarar as vertentes fiscalizadora e punitiva da lei.

Depois, em *terceiro lugar*, pode evocar-se a questão da *relação entre o “poder político” e a Sociedade*. A noção de *auto-governo* (o tal “governo do povo, pelo povo e para o povo”) obterá hoje o assentimento da clara maioria das pessoas, pelo predomínio do pensamento racional sobre outras formas de conhecimento (religioso, prosaico) que muitas vezes suportaram outras concepções de poder político (o governo “dos mais fortes”, do “direito divino”, etc.). Mas as questões que aqui se podem levantar são outras, sociologicamente simples de formular. Por exemplo: como conjugar a percepção que cada um tem dos seus interesses (não só os seus particulares, mas também o do nosso interesse colectivo, de nação, neste caso) com aquela que o poder político do momento é forçado a pôr em prática para responder aos desafios inadiáveis do país? – como lidar como as descoincidência existentes entre os conceitos operacionalizados de *cidadão* (desde logo apenas os adultos, no pleno gozo dos seus direitos), de *opinião pública* (mais volátil, sujeita a estímulos emocionais e cuja “leitura” depende muito dos critérios do “leitor”) e de *população residente* (incluindo, portanto, as crianças e os estrangeiros) no *espaço de soberania* de um Estado e pela qual este é, em última análise, responsável, nunca lhe podendo ser *estranho* algo que ali ocorra?

Em *quarto lugar*, há também problemas complexos que questionam o modo de assegurar a *representação* da vontade popular no sistema político. Para além dos aspectos técnicos (os modos de escrutínio eleitoral, a decisão por consulta directa, a governação “contratual” *versus* “por sondagens”, etc.), temos a tensão inevitável entre a pluralidade de opiniões e convicções, por um lado; a sua polarização e agregação pelas correntes de pensamento e pelas agremiações partidárias, por outro; e, ainda, a processualidade da formação de decisões que possam dispor de uma legitimação maioritária. E, conforme o grau de urgência ou de importância percebidos da matéria em causa, poderemos ter de enfrentar o dilema entre o direito fundamental à divergência de opiniões e a eventual obrigação de transitoriamente a calar, a bem da consecução de um interesse superior. Por exemplo, a dificuldade de compatibilizar a defesa da liberdade informativa com a aceitação da censura em matéria de segurança nacional ou, por outro lado, a constituição de governos de “salvação pública” ou de “união sagrada” (entre forças políticas com ideologias diferentes) traduzem bem a delicadeza e crucialidade de certas situações ou conjunturas.

26 Mancur Olson, *A Lógica da Acção Colectiva: Bens públicos e teoria dos grupos*, 1998.

Passando sobre as questões de filosofia política do constitucionalismo democrático – a separação dos poderes, a unidade de direcção governamental, a problemática descentralização da administração pública, a autonomia e responsabilidade do poder judicial ou a representação externa na ordem internacional (que repousa ainda no princípio da igualdade dos Estados e não numa governação supra-nacional) – atentemos um pouco, por último, sobre a *relação entre o governo e o “braço armado” da nação*.

Num regime político democrático, as FA estão subordinadas ao poder político. Essa dependência é indiscutível no plano da definição da política externa e de segurança do país, na integração em sistemas de alianças defensivas internacionais e no fornecimento dos meios necessários à actuação das FA (em material, pessoal, abastecimentos, recursos financeiros, etc.). Foi a compreensão destas realidades que levou, por exemplo, à adopção como “leis orgânicas” da “Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas” e da “Lei de Programação Militar”, esta última com vigência superior à de uma legislatura, para cuidar com a devida temporalidade dos investimentos públicos em “forças, equipamento, armamento e infraestruturas”. Mas já no que toca a outras matérias, esta subordinação tem limites e deve ser organizada cuidadosamente. Podem referir-se dois tópicos principais: as relações entre o Alto-Comando militar (permitam-me que trate desta forma, formalmente incorrecta, a chefia superior hierárquica das FA) e os responsáveis supremos da direcção política do Estado; e, em segundo lugar, as características de organização interna das instituições militares.

No primeiro caso, desprezemos por agora a tradicional dicotomia entre tempo de paz e tempo de guerra (ou das condições de beligerância, neutralidade, etc.), dado que, ao longo do século XX só excepcionalmente houve “declarações de guerra”, muitíssimo menos do que o número de conflitos armados que realmente eclodiram (onde se inclui a “nossa guerra” em três territórios africanos nos anos 60-70). É evidente que algum tipo de partilha de informação, de assunção de responsabilidades e de “decisão conjunta” tem de haver ao mais alto nível, entre o governo (eventualmente também o Chefe do Estado, se não coincidir com aquele, de acordo com as disposições constitucionais do país) e o Alto-Comando. Foi este, talvez, o sentido principal que terá levado o primeiro-ministro francês Georges Clemenceau (o “tigre”) a pronunciar, ao tempo do conflito que assolou a Europa em 1914-18, a célebre frase de que “a guerra é uma coisa séria demais para ser deixada unicamente nas mãos dos militares”, lembrando que compete, em última análise, ao poder político a responsabilidade da paz e da guerra perante a nação, e que grandes decisões ou meios extremos (como estava a ser então o uso de gases tóxicos ou ofensivos no terreno que nada modificavam a situação estratégica e se traduziam em mortandades extremas, ou como foram também na guerra seguinte

os bombardeamentos maciços sobre cidades ou o lançamento da bomba atómica) devem por ele ser, em última instância, decididos.

Mas, sobretudo em tempo de paz (em que, como se dizia, os militares devem “preparar a guerra” [*para bellum*], embora hoje, felizmente, sem o sentido de a *desejar fazer*), daqui não deriva claramente o preceito de que o governo deva escolher, à sua guisa, por “confiança política”, o mais alto chefe militar (ou os titulares dos principais cargos). A razão fundamental contra esta forma de nomeação encontra-se na natureza especial da hierarquia e da disciplina militar ou, se quisermos, do seu particular corporativismo. Assim, as fórmulas mistas (“propostas-e-escolha”, “dupla investidura”, etc.) serão sempre preferíveis a uma nomeação discricionária por parte do poder político ou a uma “auto-nomeação” pela força armada. Isto porque, muito simplesmente, além da competência profissional e da postura pessoal, o chefe militar é também o “primeiro representante” do modo de sentir dos membros da sua instituição ou, como na gíria se ouve agora dizer, “o sindicato dos militares”.

E o segundo tópico tem a ver justamente com a especificidade da “condição militar” e com a cultura específica das suas organizações, a que já aludimos anteriormente. Por exemplo, é possível que a retirada, a que estamos actualmente assistindo, de certas vantagens e regalias sociais (sistemas de remuneração e aposentação, apoios médico-sociais, etc.) de que beneficiavam os militares e suas famílias, sejam aceitáveis à luz de um princípio de convergência e aproximação entre “servidores do Estado” e entre estes e os profissionais e assalariados em geral; é possível também que as antigas disposições do Código de Justiça Militar bulissem alguma coisa com certos princípios (de igualdade) constitucionalmente consagrados – mas é lícito pensar que as servidões da vida militar continuam a justificar certos tratamentos de excepção concedidos aos membros destes corpos; e que, por outro lado, determinado tipo de direitos e de comportamentos devam ser cerceados e compatibilizados com os dispositivos disciplinares indispensáveis, e certas normas criminais e processuais tenham de ser específicas e diferenciadas do foro judicial comum.

Finalmente, sobre a *compreensão da história das relações entre os militares e os governos* de Portugal, ao longo no século XX, é indispensável a leitura de autores cujas teses renovaram o nosso conhecimento sobre estas matérias. Para além, da citação, de passagem, da obra de Maria Carrilho, é necessário fazê-lo agora também em relação a Medeiros Ferreira.²⁷ Mas não se pode olvidar, por nada, a análise, simultaneamente ampla e detalhada, de Salgado de Matos²⁸ sobre os processos, o

27 Ver *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, editado em 1992.

28 Ver *O Estado de 'Ordens'*, publicado em 2004.

papel das instituições, os indivíduos e, finalmente, a “natureza” do regime político do “Estado Novo”, sob a feliz forma por ele encontrada para o caracterizar: um “Estado de *Ordens*”, não apenas no sentido doutrinário do “corporativismo” que enformou o intervencionismo estatal na economia e na vida social, mas sobretudo no sentido da inspiração e da legitimação histórica procurada no arquétipo do Antigo Regime: com a força armada no lugar da Nobreza (outrora guerreira); o Clero na sua posição mais conveniente; e o Povo (agora já não súbdito, mas feito “poder civil”) no “posto de comando” do Estado. Com efeito, ainda há poucos anos, era corrente fórmula jornalística de referir a presença, em actos oficiais, das “autoridades civis, militares e religiosas”.²⁹

E é necessário citar também a tese de Severiano Teixeira³⁰ porque, nesta problemática, ela evidencia como a entrada de Portugal na Grande Guerra não foi apenas determinada pela vontade de lutar pelo “partido da liberdade”, alinhando com a Grã-Bretanha, seu aliado histórico, e com a França, “a pátria dos direitos dos homem”, contra o expansionismo alemão e o militarismo prussiano. Nem foi somente guiada pelo objectivo de garantir a preservação de Angola e Moçambique sob nossa administração (como foi repetidamente enfatizado por uma certa historiografia republicana). Foi também, em boa medida, ditada pela necessidade de consolidar o jovem regime político da República, sobretudo através do seu reconhecimento e legitimação internacionais, pelas principais potências, que iriam ser também os vencedores da contenda, ou seja, por razões mais prosaicas de política interna e até “partidária”.

2. Alguns Breves Elementos de Apreciação da Situação Actual

No plano internacional, começamos por evocar pontualmente as principais mudanças e eventos políticos ocorridos nos últimos 40 anos:

- A progressiva erradicação das ditaduras do Sul da Europa, da América Latina e em algumas outras regiões do mundo;
- A conclusão do processo de descolonização iniciado no pós-guerra, essencialmente com o acesso à independência das antigas colónias portuguesas;
- A derrota dos Estados Unidos da América no Vietname;

²⁹ Veja-se como, actualmente, a reforma do protocolo de Estado ainda levanta polémicas deste tipo.

³⁰ Ver *O Poder e a Guerra, 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, publicado em 1996.

- A ascensão progressiva do islamismo político radical, anti-ocidental, nomeadamente com o arrastar do conflito israelo-palestiniano, a emergência do terrorismo árabe, a mudança de regime no Irão e a primeira guerra do Iraque;
- O fim do regime do *apartheid* na África do Sul;
- A queda do regime da União Soviética e do “bloco socialista de Leste”, mas com a sobrevivência da República Popular da China e outros pequenos “bastiões ideológicos vermelhos”;
- Os conflitos nacionalistas e étnicos nos Balcãs, que degeneraram em instabilidade, violência e operações de guerra;
- Outros conflitos e violências, em zonas esquecidas de África;
- E, finalmente, o novo contexto das relações internacionais, com as hesitações e divisões existentes no âmbito da União Europeia (que apesar de tudo se estende a Leste), o alargamento e reformulação da Aliança Atlântica, o choque do 11 de Setembro de 2001, a hegemonia limitada do poder norte-americano no mundo e as intervenções militares ocidentais no Afeganistão e no Iraque.

Porém, em termos mais analíticos, três fenómenos merecem ser citados. Dois deles são correntemente discutidos, a propósito de problemas concretos ou como retórica comunicativa, pelo que basta aqui referi-los com alguma brevidade. O primeiro é o da *re-emergência do modelo de democracia ocidental*, no último quartel do século XX. Durante largas décadas deste século, a democracia política liberal pareceu incapaz de responder às expectativas e aos problemas colocados: primeiro, pela ascensão das “perigosas classes laboriosas” e pela subsequente reacção das “massas” nacionalistas; depois, pelo movimento de descolonização; finalmente, pelas revoltas juvenis ocorridas nos países ricos. O parlamentarismo e o “regime dos partidos” pareciam então um “luxo” de britânicos, *yankees* e poucos mais. Mas, a partir dos anos 80, a democracia reabilitou-se aos olhos de muitos, sobretudo daqueles povos que tinham conhecido longos períodos de ditaduras autoritárias conservadoras ou de regimes de partido único, marxizantes. Esta nova atractividade resultou também de uma redescoberta racional das suas virtualidades, enriquecidas com novos contributos contemporâneos, a que não foi indiferente a rendição pragmática de uma geração já bem escolarizada que havia sido marcada, na sua mocidade, pelo idealismo e pela acção política radical. Os valores fundamentais associados a *esta* democracia são hoje: a paz, a liberdade, a equidade e o bem-estar.

O segundo fenómeno é o do *enfraquecimento dos Estados nacionais*. O governo estatal é ainda a principal entidade jurídica de referência nas sociedades modernas mas, no último meio século, perdeu uma boa parcela dos seus poderes efectivos, em favor de outros actores políticos. Por um lado, assistiu-se a uma reclamação

da participação dos cidadãos nos negócios públicos (por via da importância das sondagens de opinião, das campanhas de pressão cívica, dos referendos, etc.) e também das instâncias político-administrativas mais directamente em contacto com as populações (municípios, existência de pulsões regionalistas – ou mesmo nacionais, em certos países) reclamando maior autonomia. Por outro lado, num plano supra-nacional, o Estado tem cedido competências e capacidades decisoras perante a emergência de novas potências económicas (empresas multinacionais), de problemas que claramente ultrapassam e atravessam as suas fronteiras (ambientais, comunicações rádio-eléctricas, etc.) e a criação de instituições políticas internacionais, quer no quadro “universal” da ONU, quer de base geográfica mais restrita, mormente no caso da construção europeia, com transferências de algumas parcelas da soberania nacional para as instâncias da União.

Quanto ao terceiro fenómeno, queremos referir-nos explicitamente ao campo das *relações internacionais* enquanto espaço de acção política que, conjuntamente como outros factores, contribui para modelar a paisagem sócio-política mundial. Este ponto merece aqui um pouco mais de reflexão e presta-se a maior discussão. Assim, se falarmos mais concretamente no *multilateralismo da ONU*, este situa-se sobretudo no plano da segurança e da acção política mundial e continua hoje a revelar as mesmas virtudes e insuficiências com que nasceu, nos anos 40. A despeito dos progressos verificados nas opiniões públicas quanto à consciência da dimensão universal de alguns graves problemas (como os da fome, subnutrição, doenças e falta de escolarização em certas regiões do globo; uma melhor regulação das trocas económicas permitindo um desenvolvimento acelerado dos países mais pobres; ou dos problemas ambientais e da escassez de certos recursos), a ONU tem permanecido, no essencial, apenas como um *forum* mundial de teatralização dos diálogos entre governos, sem capacidade efectiva de evitar ou resolver a maior parte dessas situações e, realmente, não mostrando ter na sua posse as chaves da manutenção da paz global ou do impedimento de conflitos armados de grande dimensão.

A preservação da paz no mundo – o fim primeiro que motivou a sua criação – continua a repousar, em grande medida, nas mãos de algumas grandes potências. Contudo, depois do desaparecimento da bipolarização assente no “equilíbrio do terror” e no “desanuviamento”, a situação tornou-se paradoxalmente mais instável. Por um lado, porque os Estados Unidos da América (a única super-potência subsistente) têm agido de uma forma que é interpretada por muitos como de “imperial”; e, simultaneamente, porque estes não têm recursos suficientes, nem mandato, nem talvez vocação para desempenhar um papel de “polícia mundial”, limitando-se a proteger os seus interesses vitais e a encarar a sua própria defesa (em parte, apenas, alargada à Europa ocidental) o “mais longe e o mais antecipadamente possível”.

Esta é uma análise que muitos contestarão, invocando a intencionalidade e os proveitos da(s) super-potência(s) em relação à generalidade dos pequenos países, ou do grupo dos “ricos do Norte” relativamente aos “pobres do Sul”. Nem a história, nem a moral escapam a estes olhares conflituantes: a escravatura e o colonialismo, ou a acção evangelizadora da Igreja de Roma, são hoje mais usados como argumentos políticos “anti-ocidentais” do que como elementos de compreensão do passado (e, por isso, também do presente). Assim, a “Guerra Fria” começou e acabou sem que o direito internacional tivesse tido nela qualquer influência. E o mesmo parece estar a passar-se na nova “era” em que, em seguida, entrámos, e que se agravou depois com as ameaças do terrorismo internacional.

Apesar disto, aumentaram e intensificaram-se nos últimos anos as operações militares de coligações internacionais, as mais das vezes sob mandatos da ONU, com missões de imposição, de interposição ou de manutenção de paz, nomeadamente quando há riscos de genocídio de populações ou crises sanitárias, de refugiados, etc., graças a algum começo de aceitação do chamado “direito de ingerência” relativamente a soberanias nacionais “em risco de falência”.

Neste início do século XXI, encontramos-nos, assim, face a problemas novos e a situações estruturais inusitadas, que deixam em aberto inúmeras hipóteses e cenários de “saídas”. Talvez nunca como hoje tenha sido tão arriscado fazer previsões para o futuro dos 30 anos que estão para vir (a próxima geração), a despeito do apuramento das técnicas de análise prospectiva. Isto porque o funcionamento da economia parece cada vez mais inexorável e avassalador, ao mesmo tempo que as expectativas sociais repousam sobre bases relativamente frágeis (imagens, representações), enquanto que nas configurações políticas da cena internacional cresce o número de actores (Estados, mas também “forças ocultas”, ONG’s, *mass media*, movimentos de opinião pública, grupos de pressão, etc.) e se complexificam as suas inter-relações mútuas.

III – A Sociedade, ou mais Precisamente: as Mudanças Sociais em Curso

Começar por referir as mudanças recentes ocorridas e em curso no sistema económico não é sem significado. Indicia desde logo que este é provavelmente o mais poderoso factor de mudança que impele as nossas sociedades, as avançadas mas também as escassamente desenvolvidas, mudança essa que é estimulada pelas contínuas inovações disponibilizadas pelo sistema técnico-científico, cada mais estreitamente articulado com a economia, quer pelos investimentos de que necessita e pelos recursos humanos crescentes que vai utilizando, quer ainda pelo valor dos

seus *out-puts*, tanto económicos (retorno lucrativo do investido) como em termos de utilidade social (isto é, com consumidores prestes a acolherem-nos de braços abertos, sem grandes restrições culturais quanto ao sentido ético de tais consumos).

É este pulsar económico que é responsável pelo contínuo aumento das produções e da riqueza criada e distribuída, em grande número de países. Mas é talvez mais útil assinalar aqui certas *transformações qualitativas* induzidas por este crescimento nos últimos 40 anos, pelos seus directos efeitos sociais. Podem-se citar uma dezena delas:

- *Desindustrialização* dos países fabricantes mais antigos, com a passagem progressiva desta função para países “em vias-de-desenvolvimento”, com mão-de-obra mais barata, e a “terciarização” dos países do “centro”, onde ocorrem *automatizações* técnicas de vários tipos, que poupam trabalho humano;
- *Mundialização de certos mercados*, com o abatimento dos proteccionismos alfandegários nacionais, a expansão das empresas multinacionais e decisões económicas e financeiras importantes, tomadas simultânea e ubiquamente;
- Funcionamento *em rede* de organizações do mais diverso tipo, com uma *gestão “flexível”* desses conglomerados, projectos e instituições;
- Importantes *mudanças na organização social do trabalho*, com acentuação dos fenómenos do “profissionalismo” e de alguns (neo-)corporativismos nas sociedades mais avançadas, e desqualificação profissional de grandes massas de trabalhadores “manuais”;
- Fortíssima *orientação para o consumo* das famílias (casa, electrodomésticos, automóvel, lazeres), estimulado pelas técnicas do *marketing* e da publicidade, e pelo crédito barato;
- *Urbanização* acelerada e “metropolização” dos nossos espaços e estilos de vida, com esvaziamento das sociedades rurais e aldeãs e a formação de fluxos de atracção desencadeados por razões económicas e pelo poder das imagens acerca dos modos de vida “urbano-ocidentais”;
- Sinais de *dificuldades financeiras dos modelos de protecção social* mais “universalistas” (agravados pela evolução demográfica) e, em geral, do custeio das funções sociais do Estado, levando a reflexos de “revolta dos contribuintes”;
- Persistência de um *modelo de desenvolvimento* em grande medida agressivo para o ambiente natural e fragilizado pelo modo como se usam os recursos energéticos;
- Concentração de elevadíssimos recursos financeiros em *domínios tecnológicos “de ponta”* (aero-espacial, física nuclear, energia, genética, mar, etc.) onde os Estados desempenham um papel central (embora não necessariamente o de capitalista-investidor);

- E, finalmente, a onda avassaladora das TIC (as “*novas*” *tecnologias de informação e comunicação*), que abanou e fez mudar todo o tipo de organizações e o nosso próprio quotidiano.

Porém, também tem de dizer-se que, no mundo de hoje, a alta-tecnologia e a super-abundância são compatíveis com a miséria, o conforto e a segurança com o risco, a integração globalizante e unificadora com a desesperança de comunidades e territórios em declínio.

Mas vejamos a esfera dos *dinamismos propriamente sociais*. Frequentemente, eles “exploram” em sentidos previsíveis ou mais inusitados os avanços técnicos e económicos. Outras vezes, “curto-circuitam” as suas “boas intenções” provocando-lhes mesmo *efeitos perversos*. Também há o desencadeamento de processos de grande relevância que podem passar inteiramente “ao lado” da racionalidade económica e técnica e que, nem por isso, deixam de marcar profundamente a história das sociedades (vejam-se o caso das “revoluções”, não sendo necessário ir buscar as imagens sangrentas do passado, pois que elas também podem assumir formas “de veludo”, como aconteceu na queda de vários dos regimes socialistas do Leste).

Neste campo das mudanças sociais, seriam também muito numerosas as questões a discutir, pelo que seleccionámos e apresentamos aqui apenas algumas das mais importantes, a saber:³¹

- Os fenómenos da *demografia, das migrações e do multiculturalismo*, que colocam desafios fundamentais às sociedades nacionais, confrontando-as com os contornos de uma nascente “cultura mundial”,³²
- A *mobilidade social* ascendente (nos países mais desenvolvidos), com a emergência de uma *grande classe média* (e, nalguns casos, com uma perigosa divisão-étnica-do-trabalho), a que acresce a *ascensão social da mulher*, fenómeno multidimensional e talvez a transformação social de mais fundas implicações civilizacionais, até porque também está ligada às alterações verificadas na família;

31 Esta parte dos dinamismos sociais foi apresentada de forma mais desenvolvida pelo autor em “Aspectos sociológicos da Marinha e da sua relação com a sociedade portuguesa: valores, normas e mudança social”, in *Dia do Mar 2004*, Lisboa, Academia de Marinha, 2004.

32 A polémica sobre o “choque das civilizações”, tendo como pano de fundo a actual crispação de sensibilidades entre as populações de cultura islâmica e os “ocidentais”, tanto pode vir a revelar-se como um fenómeno conjuntural, passageiro, como, eventualmente, acabar por constituir um retrocesso de fundo em relação às tendências convivalistas experimentadas ao longo do último século.

- O fenómeno novo do *cosmopolitismo informativo e comunicativo*, que veio alterar a natureza das conexões inter-individuais e a própria relação do indivíduo com o conhecimento, assistindo-se a um re-impulso da oralidade, da imagem, do “império dos sentidos” e das inter-subjectividades,³³ com transformações assinaláveis na ordem estética;³⁴
- Mudanças nos *valores morais*, assentes agora nos princípios do hedonismo, do narcísico e do efémero, que sustentam uma maior autonomia dos sujeitos individuais, mas também um potencial isolamento ou angústia (ou aquilo a que Durkheim chamou de anomia³⁵);
- E, por último, o desenvolvimento de uma *relação contraditória com a Natureza*, com a emergência de uma ideologia de conservação e prioridade concedida à vida natural e aos seus equilíbrios, mas, simultaneamente, comportamentos práticos de vontade de domínio dos indivíduos sobre os próprios processos biológicos (no seu corpo, na reprodução, etc.).

Pode pensar-se que as dinâmicas sociais são sempre um resultado do confronto e do ajustamento entre forças e tendências de *mudança* e de *conservação*. Mas se formos capazes de desprender estas palavras dos seus sentidos valorativos correntes, devemos admitir que nem as mudanças são sempre desejáveis, nem a conservação é necessariamente nefasta. Os tempos e os modos da mudança têm aqui um efeito fundamental, nem sempre bem percebido pelos actores no terreno. Neste sentido, por exemplo, é desejável termos o sentido crítico suficiente para identificar e desconstruir a actual “ideologia da mudança” – que beneficia de uma legitimação incomparavelmente superior à da sua contrária, reforçada ainda pelo argumento da “urgência” –, isto, se queremos ser uma sociedade mais consciente de si própria, na antecipação dos seus efeitos, próximos e a prazo.

Estas grandes tendências de evolução nas sociedades contemporâneas “de abundância”³⁶ verificam-se também em Portugal, por vezes com algum atraso em relação a países “do centro”, outras naturalmente com adaptações às nossas condições próprias. Mas há alguns pontos de análise que merecem ser tratados olhando expressamente para o nosso caso. Assim, diríamos que Portugal foi, durante longo

33 Veja-se, por exemplo, Anthony Giddens em *As Consequências da Modernidade*, publicado em Portugal em 1992.

34 Ver aqui Gilles Lipovetsky, *A Era do Vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, publicado entre nós em 1989.

35 Ver o estudo clássico *O Suicídio*, de 1897, disponível em edição portuguesa da Presença, de 1982.

36 Esta noção teve grande voga, a partir dos anos 60, com o escrito do economista John K. Galbraith.

tempo, um país muito homogêneo: uma só língua; uma religião dominante que praticamente obscureceu todas as outras; um regime político unitário; uma única “etnia”; um acentuado sentimento patriótico/comunitário, etc. – mas que o é *cada vez menos*. Isto não é, por si só, um factor de perda ou dissolução das características nacionais: a plasticidade e capacidade de adaptação dos portugueses desfrutava do comprovativo histórico do nosso “modelo” da Expansão e da colonização, e mais recentemente da emigração e da diáspora.

Mais uma vez sob a forma de tópicos abreviados, evocamos aqui cinco pontos de observação das características mais específicas das mudanças sociais em Portugal nos últimos 30 anos:

- Aumento dos *níveis de vida* da população, com nítida melhoria das condições sanitárias, a despeito da persistência de bolsas significativas de pobreza, de um crescimento territorialmente desequilibrado e do aumento da dependência externa (europeia) da nossa economia – que, não obstante, a protege de males maiores;
- Renovação e reformulação das *elites sociais* do país, com proeminência das que dispõem de sustentação económica, política e mediática (que, contudo, prolongam algumas atitudes tradicionais de protecção ou “colonização” face ao Estado), e de uma “contra-elite” social e cultural;
- Constituição do país como “*zona mista* de emigração-imigração”, na periferia dos centros europeus, e em transição para uma economia de serviços, porém demasiadamente assente no turismo e na prestação de cuidados pessoais pouco qualificados, mantendo assim um *padrão “pobre”* na especialização produtiva internacional, que se revela em particular no *modesto grau de qualificação* escolar e profissional dos nossos “activos”;
- Por fim, descoberta da quadra *território-ambiente-património-cultura*, enquanto rico potencial de aproveitamento económico e desenvolvimento social, no âmbito do “pós-industrialismo”, existindo já, pelo menos, um esforço de investigação científica, algumas políticas especializadas e uma certa consciência social desta questão.

Para concluir, detemo-nos ainda sobre alguns pontos que, de certa forma, “cruzam” algumas observações anteriormente feitas, questionando agora mais explicitamente as Instituições Militares por realidades que lhe chegam *de fora*, do Poder Político ou da Sociedade em mudança.

A decisão técnica e política que foi tomada relativa à “*profissionalização*” das FA vai ter profundas repercussões no interior dos corpos militares, em especial no Exército, que sempre viveu adossado à prática do SMO. Não apenas o “sistema

de forças” e as missões que lhe podem ser cometidas ficaram muito dependentes deste mercado de trabalho específico e dos seus custos financeiros, como esta opção deverá ter ainda efeitos nas relações entre os militares e a “sociedade civil” e nos valores reproduzidos e desenvolvidos no interior das corporações castrenses.³⁷

Neste domínio, e a despeito da especificidade da condição militar,³⁸ é previsível que, entre os seus membros, se vá acentuando progressivamente o “discurso dos direitos” e a contestação de práticas disciplinares e relacionais tradicionais, com a emergência das respectivas litigações jurídicas e mediação informativa. Por um lado, isto confirma a tese de Charles Moskos³⁹ do progressivo apagamento do modelo comportamental do militar “por vocação” (ou “institucional”) em favor do modelo do militar “profissional” (que está pronto a defender os seus direitos na relação contratual que o liga à instituição), com uns laivos de “mercenarismo” – como de resto já existiu historicamente. Por outro lado, o espaço comunicacional amplifica e torna mais evidente o contraste e a estranheza entre os valores ainda prevalecentes no meio militar e aqueles que dominam na Sociedade.

O associativismo em meio militar tem vindo a fazer o seu caminho entre nós, na sequência do que já acontecera em alguns países vizinhos. Não é um fenómeno inteiramente novo. O que é novo é que ele tente assumir uma faceta conflitual (bebida no sindicalismo), de representação de interesses profissionais (que vão até às condições de desempenho das funções) e de negociação colectiva com o “empregador”, como se estivesse numa mera relação salarial. É mesmo possível descortinar uma contradição profunda entre este tipo de “lógica reivindicativa” (que, mesmo sem o direito à greve, encontra sempre maneira de desencadear acções de pressão sobre “a outra parte”) e os princípios da hierarquia e disciplina típicos dos corpos militares.

Independentemente de outros factores, é compreensível que a disciplina, a liderança, a honra e outros valores da ética militar tenham vindo a ser confrontadas com os valores modernos da liberdade e da igualdade, bem como com os valores “pós-modernos” do presente, da fruição e do prazer. Não por acaso, o *movimento social* que porventura melhor representou os ideais da Modernidade, o “movimento

37 Porém, para além da hipótese do restabelecimento da conscrição em situação grave de crise ou guerra, não é impossível a re-emergência de uma corrente de opinião favorável à criação de um Serviço Cívico, “geral, nacional e obrigatório”, que não poderia deixar de ter uma componente relativa à “defesa nacional”.

38 Num particular, também pode dizer-se que seria desejável a existência de um consenso mais alargado acerca da natureza e tarefas atribuíveis a uma força como a Guarda Nacional Republicana, no quadro do dispositivo de segurança geral do país.

39 Ver C. Moskos e F. Wood (orgs.), *Military: More Than Like a Job?*, Washington, Pergamon, 1988.

operário”, incluía na configuração ideológica original do seu militandismo⁴⁰ (que, depois, perdeu) referências pacifistas e anti-militaristas. Mas também não é certamente por casualidade que as diferenças observadas entre aquele e os chamados “novos movimentos sociais” têm muito a ver com um pronunciado distanciamento de posturas de uns e de outros prosélitos. Enquanto nos primeiros se desejava perseguir o “bem comum” e se valorizava a abnegação e o trabalho esforçado (ao mesmo tempo que havia divisão de opiniões e atitudes quanto aos *meios* para atingir os objectivos emancipadores), nos segundos parece haver um alargado consenso quanto aos “direitos de cada um” e quanto à acentuada redução de ambição dos fins a atingir (para metas de curto alcance, de resto eventualmente contraditórias entre si), ficando-se as dúvidas e as discussões para a mera “táctica” de intervenção: eleitoral aqui, de influência sócio-cultural ali, ou mesmo “armada” acolá.

Estas mudanças têm que ver com as Instituições Militares por causa das alterações verificadas na *composição social* do meio militar. A “feminização” das FA é certamente o fenómeno mais relevante, mas não o único. A entrada das mulheres em todo o tipo de organizações e actividades é, como já se disse, um processo civilizacional imparável, que tem profundas implicações práticas e, sobretudo, no plano das nossas mentalidades. Mais ainda no caso das FA, que eram masculinas “por essência” até há poucos anos. Parece que, beneficiando da experiência de terceiros e da gradualidade do processo, esta integração tem corrido satisfatoriamente entre nós. Mas a dinâmica irá prosseguir, catalisada pela exploração dos princípios da igualdade e não-discriminação: até que “postos” poderão ascender?; que cargos e missões poderão desempenhar?, etc. Um dia talvez se fale aqui também em “quotas”. Não quero (des)valorizar estas questões, mas apenas chamar a atenção para o aumento da complexidade da gestão das mesmas. Outro fenómeno social significativo é a tendência geral à endogamia profissional, por enfraquecimento de outras convivialidades. O fenómeno não deixará de interpelar as FA, com vantagens, desvantagens e margens de manobra mais ou menos amplas para a sua equação.

Mas um outro ponto sensível será provavelmente o da crescente *diversidade* da referida composição sócio-cultural dos seus membros. Como o país, as FA tendem a ser mais multi-étnicas, multi-religiosas e multi-culturais. Nos dois primeiros

40 “Militante” vem, etimologicamente, de militar. Neste sentido, justificar-se-ia talvez uma investigação científica sobre as razões e consequências da propensão do movimento operário revolucionário (e, em menor medida, também as tendências reformistas) para, contraditoriamente com aquelas proclamações ideológicas, adoptar alguns sinais e terminologia simbolicamente belicistas, tais como o punho erguido ameaçador, o uso de bandeiras e estandartes, certos pormenores vestimentários, o emprego de termos como luta, combate, unidade, vitória, derrota, etc.; isto é, de “militarizarem” o seu universo simbólico e “belicisarem” o sentido da sua acção colectiva.

campos existe já uma larga experiência colectiva e uma boa base de conhecimento sociológico para lidar adequadamente com os problemas que aqui poderão ocorrer (clivagens internas, relacionamento com a população civil, nacional ou outra, e com o “inimigo”, etc.). A língua-pátria deverá continuar a ser um importante factor aglutinador e a nacionalidade portuguesa poderá manter-se como uma referência razoavelmente forte de identidade comunitária, para o que contribuiria certamente um melhor conhecimento da História e “boas práticas” de cidadania. Mas no terceiro domínio – o cultural – está-se ainda largamente desarmado e desconhecedor, sobretudo talvez em quatro dos planos em que esta questão se pode aqui aflorar:

- as *afectividades e pulsões profundas* dos indivíduos, face aos apelos explícitos e abundantes existentes no mundo actual para a sua exteriorização, e aos quais os nossos processos educativos têm mostrado a maior dificuldade em responder;
- as *comunicabilidades* permitidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (por exemplo, pode um soldado usar o telemóvel em operações?), sem que tenham abrandado as pressões massificantes dos grandes instrumentos de poder informativo ou persuasivo (da televisão à publicidade);
- a gestão dos fenómenos psicológicos da *violência e da convivência* inter-pessoal e social, mormente na conjugação entre os espaços e tempos do íntimo/solitário/privado, das relações entre pessoas singulares e das situações de fusão emocional ou de tratamento processual de enormes colectivos humanos;
- e as dúvidas e hesitações derivadas de um enfraquecimento dos *valores normativos* que tradicionalmente estruturavam os nossos comportamentos (reconhecíveis no geral repúdio de certas criminalidades, na presunção de intenção pacífica ou de honestidade de alguém que se não conhece, etc.).

De facto, para responderem aos desafios que se lhes colocam, as Instituições Militares não necessitam apenas de adequados equipamentos e de um “factor humano” de qualidade. Precisam também – como sempre, e tal como o Poder Político – de uma forte legitimidade e, nos tempos actuais, dos conhecimentos que esclareçam e ajudem a resolver este tipo de novos problemas.